

Adolescente some. Mais um caso de violência policial contra jovens negros?

Páginas 08 e 09

Páginas 04 e 05

Aumentam as violências
contra as mulheres

Páginas 13

Pedalada noturna
ganha adeptos

Páginas 14

Futebol: arbitragem
precisa mais apoio

#CADÊDAVI?

PARA NÃO SE PERDER...

CIDADE – PÁG. 03
MORADORES DE
GAMBOA DE BAIXO
EM RISCO

COMPORTAMENTO
– PÁG. 04
ASSÉDIO NAS RUAS
NÃO É LEGAL

COMPORTAMENTO
– PÁG. 05
AUMENTA A VIOLÊNCIA
DIGITAL CONTRA AS
MULHERES

POLÍTICA – PÁG. 06 E 07
PLEBISCITO PELA
REFORMA
POLÍTICA, JÁ!

MATERIA DE CAPA
– PÁG. 08 E 09
CADÊ DAVI FIUZA?

SAÚDE – PÁG. 10
BISSEXUAIS?

SAÚDE – PÁG. 11
MEDICINA ONLINE

SAÚDE – PÁG. 12
ANEMIA FALCIFORME E
AS MULHERES NEGRAS

EDITORIAL



A violência policial é uma realidade triste que vem mostrando sua face com mais frequência nos últimos anos. A polícia age cruelmente numa dita guerra contra o crime, que acaba se revelando como uma guerra contra jovens negros e pobres, não necessariamente envolvidos com atividades criminosas. Segundo a Anistia Internacional Brasil, em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. Em Salvador, mais uma vez a história se repete: Davi Fiúza, jovem negro da periferia, desapareceu após uma abordagem policial que a PM nega ter existido. Os vizinhos viram e contaram para dona Rute, mãe do garoto. A Corregedoria da PM diz que não há “provas consistentes” do seu envolvimento e passa o caso para a Polícia Civil. Enquanto isso, Davi continua com paradeiro desconhecido. O *Jornal da Facom* apresenta o caso, ocorrido em pleno mês da Consciência Negra. Nesta edição trazemos também notícias das coisas boas que rodam nos bairros soteropolitanos, tal como o Circo Maravilha, no Retiro, herança do saudoso palhaço Chumbinho. Notas de política, saúde e educação completam esta primeira edição do JF, produzido pelos alunos de Jornalismo da UFBA. Boa leitura!

Juliana Rodrigues, Comitê Editorial JF

COMPORTAMENTO
– PÁG. 13
CICLISMO NOTURNO
PARA TODOS

ESPORTES – PÁG. 14
SER ÁRBITRO DE
FUTEBOL NÃO É FÁCIL

É FEDERAL – PÁG. 15
JOVENS CIENTISTAS
NA UFBA

COMPORTAMENTO
– PÁG. 16
VAMOS AO CIRCO!

JORNAL DA FACOM

Novembro 2014

Jornal Laboratório da Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal da Bahia
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina
CEP 40.170-115 Salvador – Bahia – Brasil

EXPEDIENTE

Produção da disciplina Oficina de Jornalismo Impresso
Primeira edição, semestre 2014.2

Reitor: João Carlos Salles

Diretora da Facom: Suzana Barbosa

Coordenação Editorial: Graciela Natansohn-DRT/BA 2702

Editor chefe: Edvan Lessa

Comitê Editorial: Laís Andrade, José Cairo, Juliana Rodrigues,
Bianca Bomfim

Edição de fotografia: Taylla de Paula

Repórteres (turma 2014.2)

Bianca Bomfim, Carolina Carvalho, Laís Andrade, Lara
Valente, Marcelo Ricardo, Marcos Maia, Iasmin Sobral, José

Cairo, Juliete Haadi, Luana Silva, Raí Guerra, Raysa Pires,
Rebeca Bhone, Renato Cerqueira, Rosana Silva, Taylla de
Paula, Victoria Goulart

Fotógrafos: Ananda Ikishima, Bruna Castelo Branco,
Carolina Pereira, Davi Arteac, Dudu Assunção, Jéssica
Lemos, Lucas Seixas, Milena Abreu, Taylla de Paula e
Caíque Bouzas

Ilustrações: Lili Souza

Davi Andres / Podemos Mais

Projeto Gráfico: Amanda Lauton Carilho/EDUFBA

Diagramação: Carla Risso, - MTB 19.260

Distribuição gratuita



Davi Arteau/LabFoto

Israel Nascimento, 19 anos, morador da Gamboa, comunidade secular formada por pescadores

Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira

Comunidade da Gamboa de Baixo sofre com o avanço do turismo e do setor imobiliário.

Carolina Carvalho

Poucos metros separam a comunidade da Gamboa de Baixo de um dos bairros com o metro quadrado mais caro de Salvador. Localizada na Avenida Contorno, em uma área litorânea pertencente a Marinha e fazendo vizinhança com espaços como o Bahia Marina, a Gamboa de Baixo é uma comunidade secular, formada por pescadores e que sofre constantemente com o avanço do setor imobiliário e turístico no centro da cidade.

Desde a década de 60, quando foi construída a avenida Contorno, os moradores da Gamboa vivem sob o risco de desapropriação e realocação. Em 1995, com a revitalização da avenida e a construção do Parque das Esculturas, localizado no Museu de Arte Moderna (MAM), 97 famílias de outra comunidade que ocupavam a área foram realocadas. A comunidade da Gamboa junto a comunidade do Solar do Unhão, através de muitas mobilizações, conseguiram permanecer no local. Segundo Ana Cristina Caminha, presidente da Associação Gegê de Moradores da Gamboa de Baixo, desde a segunda tentativa de realocação, em 1995, os moradores vivem apreensivos. “A todo momento surge um novo projeto turístico que coloca a permanência da comunidade em risco”, afirmou.

O crescente número de edificações ao redor da comunidade também pressiona a permanência dos moradores locais. Por ser uma comunidade pobre, majoritariamente negra e que ocupa uma área privilegiada em Salvador, o setor imobiliário é um fator que “põe em xeque” a presença dos moradores

da Gamboa. “Apesar de sermos uma comunidade pesqueira e termos uma história secular, o turismo e o capitalismo dizem que aqui não é área para pessoas como nós morarmos”, enfatiza. A recente chegada do tráfico de drogas é outra circunstância que coloca o cotidiano da comunidade em risco e contribui para que o bairro esteja nas páginas policiais da grande mídia baiana. Entretanto, mesmo com a presença do tráfico, para Israel Nascimento, de 19 anos, a comunidade funciona como uma família e a violência propagada pela mídia não passa de uma tentativa de criminalizá-la. “O que precisamos é de mais atenção do poder público”, argumenta o estudante nascido e criado na Gamboa.

A Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (Sucom) de Salvador, realizou uma ação em 21 de janeiro de 2014, na qual demoliu uma casa que estava localizada ao lado do Edifício Morada dos Cardeais, sob a alegação de construção irregular em área de risco. Um morador da Gamboa, que manteve o anonimato, afirmou que o ato partiu de uma denúncia realizada por um juiz residente do prédio. Além disto, existem várias casas notificadas pelo órgão, uma tentativa de demolição e a execução de uma outra, todas elas sob a justificativa de construção irregular.

Em 2007, a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) cedeu o território da Gamboa para fins de regularização fundiária. Entretanto, há oito anos o processo encontra-se parado e nenhum morador da comunidade chegou a receber o título da proprie-

dade. Por telefone, a chefe da divisão de habitação e regularização da SPU Bahia, Francine Cavalcante, disse que foi estabelecido um contrato com a Prefeitura de Salvador que previa a realização de um levantamento físico e o cadastramento das famílias. Entretanto, a Prefeitura não cumpriu com o acordo, segundo ela. O terreno da comunidade da Gamboa, faz parte do programa “Papel Passado”, do Ministério das Cidades que promove ações para regularização administrativa e jurídica de áreas urbanas irregulares. Ainda segundo a chefe do departamento, a SPU está buscando novas articulações e caminhos para que a regularização seja efetivada.

Atualmente, os moradores estão lutando contra a realocação das famílias que moram no Forte São Paulo da Gamboa, parte integrante da comunidade da Gamboa de Baixo. Construído ainda no século XVII para defender a cidade, o Forte da Gamboa abriga algumas famílias e é utilizado como espaço para reali-

zação de encontros e atividades. Em ruínas, o Forte passará por uma reforma dirigida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Entretanto, junto ao projeto de recuperação, está a ameaça de expulsão dos moradores. O Iphan afirma que a responsabilidade social da obra é da Prefeitura. A reportagem entrou em contato com a assessoria da Prefeitura de Salvador, mas não obteve posicionamento.

“O turismo e o capitalismo diz que aqui não é área para pessoas como nós morarmos”

Nada dá a alguém o direito sobre o corpo do outro. Falar e fazer algo sem permissão é assédio.



Jéssica Lemos/abFoto

Delícia é ser respeitada

Pesquisa revela que a maioria das mulheres já sofreu algum tipo de assédio

Luana Silva

Que atire a primeira pedra quem nunca ouviu “gostooosa!” ou “oh delícia!” quando passava tranquilamente na rua. Mulheres sofrem assédio o tempo todo: desde as famosas cantadas de pedreiro até atitudes mais invasivas.

Fatos como esses são corriqueiros e vistos como normais por algumas pessoas, apesar de a maioria das mulheres não gostar. “Tem olhares que são piores do que cantadas faladas”, diz Bruna Rocha, 24, jornalista. Os homens não se veem como assediadores. “Muitos acreditam estar elogiando, acreditam que a cantada é bacana, que as mulheres gostam. Outros já acham que é divertido, uma brincadeira”, explica Léa Santana, mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA. Essas cantadas acabam afetando a maneira como a mulher se relaciona com homens desconhecidos nas ruas. “[As mulheres] se sentem culpadas por ser alvo das piadas e grosserias, como se nós déssemos motivo para a agressão. Nos sentimos coisificadas, objetificadas, desumanizadas”, comenta Léa.

Gabriela (nome fictício), 19, já passou por situações desagradáveis. Fazendo compras num centro comercial um homem se aproximou e começou a dizer obscenidades. “Ele estava tão perto que chegou a encostar a boca em minha orelha”, conta. Mesmo não havendo violência física, não quer dizer que não há assédio.

Quebrando o silêncio

Apesar de muitas vezes as vítimas seguirem seus caminhos caladas, por medo ou vergonha, esse silêncio está sendo quebrado. Em 2012 foi criada uma página no Facebook chamada Cantada de Rua, para que mulheres pudessem compartilhar suas histórias de assédio. “A princípio esperava relatos mais leves. Pensei até que as mulheres gostavam [das cantadas]. Fiquei surpresa com a absoluta manifestação negativa”, relata Åsa Dahlström Heuser, criadora da página e do site homônimo.

Pesquisa chamada “Chega de Fiu Fiu”, realizada pela organização feminista Think Olga em 2013, das 7762 participantes, 98% afirmaram já ter sido assediadas na rua e 80% em lugares públicos.

Tâmara Terso, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), atribui as cantadas à “cultura machista, que trabalha no sentido de inferiorizar e oprimir as mulheres”.

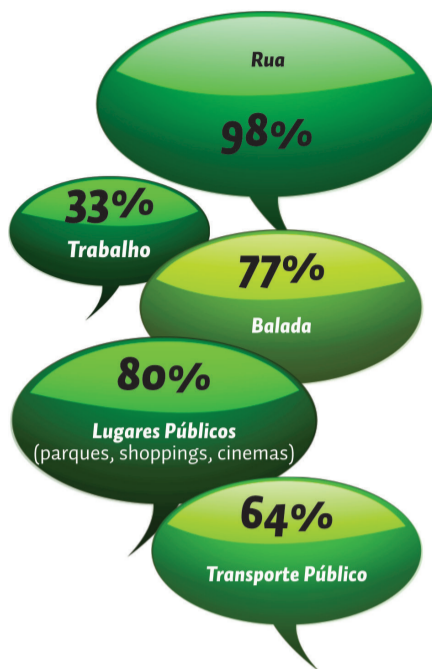
A linha que separa a cantada inofensiva da violência concreta é tênue. Para Léa Santana, diferenciar um elogio de uma agressão requer bom-senso. “Um elogio deve deixar a outra pessoa feliz, não intimidada. As cantadas são grosseiras. Nos fazem sentir como mercadoria”, elucida.

A mulher que se sentir hostilizada pode prestar queixa em qualquer delegacia territorial. O assédio é entendido como um crime menor, classificado como “importunação ofensiva ao pudor”.

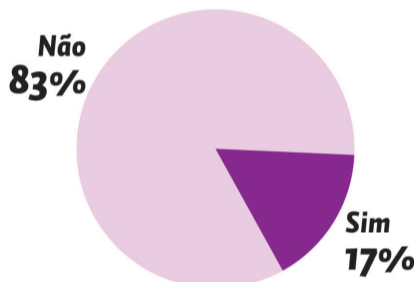
Mas em se tratando desse tipo de crime não há estatísticas e dados que possam dar conta do fenômeno com mais precisão. De fato, o problema é que os agressores nunca são identificados e as mulheres não costumam prestar queixa. Talvez, o maior registro desse tipo de ocorrência, mesmo que não tenha efeitos legais concretos, possa servir para desconstruir a cultura machista da cantada.

Onde você já recebeu cantadas?

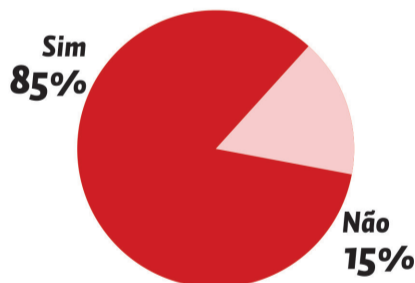
era possível selecionar mais de uma opção



Você acha que ouvir cantada é algo legal?

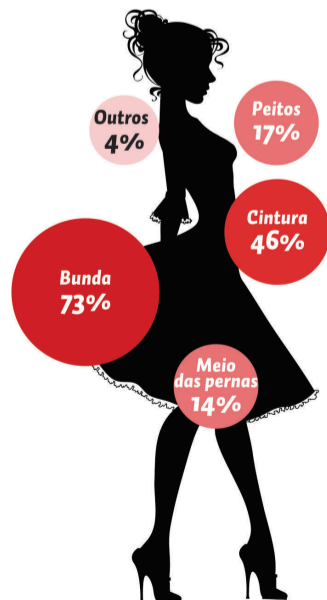


Já passaram a mão em você?



Se sim, onde?

era possível selecionar mais de uma opção



Infográfico: Carla Rizzo

Fonte: Think Olga, Pesquisa Chega de Fiu Fiu, 2013

Pornografia de vingança

Mulheres são as principais vítimas, tendo a intimidade exposta na rede e a imagem comprometida na vida real

Milena Abreu / LabFoto



“Meu namorado queria filmar a gente e eu deixei. Mas ele postou na internet e todo mundo ficou sabendo”, lamenta a vítima

Iasmin Sobral

Fotos íntimas, vídeos com conteúdo sexual, nudez. A exposição não autorizada de um corpo nu é, também, a exposição e humilhação de uma alma, de um ser. De entre os crimes cibernéticos, a divulgação não consentida de conteúdo íntimo de mulheres têm se tornado cada vez mais frequente.

No primeiro semestre de 2014, a ONG Safernet registrou mais de 100 denúncias. Contudo, a chamada “pornografia de vingança” não é um crime prescrito por lei, fazendo com que as punições sejam brandas, em comparação ao sofrimento, vergonha e humilhação sofridas.

Com o aumento do número de casos - muitos deles não registrados, por vergonha das vítimas em levar o processo adiante -, diversas ONGs foram criadas com intuito de dar ajuda psicológica e jurídica a essas pessoas. É o caso da Safernet e, também, da Marias da Internet. Criada pela jornalista Rose Leonel, vítima em 2008 de divulgação de mais de 300 fotos e vídeos íntimos pelo seu ex companheiro, a Marias da Internet visa ajudar pessoas que estão passando por uma situação de desmoralização semelhante.

O Ministério Público procura coibir essas atitudes e, em parceria com as delegacias, tem criado setores especializados no crime em todo o Brasil. Em Salvador, o responsável é Charles Leão, coordenador do Grupo Especializado de Repressão a Crimes por Meios Eletrônicos. Leão afirma que tem como identificar os autores de qualquer crime ci-

bernético, já que a internet deixa rastros. “Se tem como identificar a materialidade dos delitos, tem como identificar também os autores. Então tem que denunciar sim”. Muitos dos casos ocorrem após o fim de relacionamentos amorosos. Patrícia (nome fictício) já passou por isso há quase 10 anos.

“Eu era muito nova, ainda estava no 2º ano do ensino médio. Meu namorado queria filmar a gente, e eu deixei. Mas depois ele postou na internet e todo mundo ficou sabendo. Fiquei um mês sem ir pra aula, todo mundo me olhava e comentava. Criaram até musiquinhas”, relembra. Na época não existiam muitos casos registrados, porque a internet não tinha a mesma presença massiva que possui hoje. “Não sabia o que fazer. Acionei meu advogado e ele só conseguiu que os vídeos fossem retirados do ar. Até hoje sei que as pessoas se lembram da história”, acredita.

Uma das formas de prevenção é evitar uma exposição muito grande na internet e, principalmente, nas redes sociais. “Você deve adicionar o menor número possível de informações no perfil”, alerta o policial Leão.

Em 2011, a atriz Carolina Dieckmann foi mais uma vítima, com mais de 30 fotos íntimas divulgadas na internet pela ação de um hacker. O caso acarretou a criação de uma lei que leva seu nome, sancionada em 2012 pela presidenta Dilma Rousseff.

“Em oito anos, a empresa Safernet Brasil recebeu 13.342 denúncias sobre crimes online no Brasil.”



Thiago Dantas,
Vice-Presidente da União
Nacional dos Estudantes
(UNE-Bahia)



Joviniano Netto é contra
o financiamento privado
de campanha política.

Por um Congresso que me represente

Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva coletou quase 8 milhões de votos a favor da reforma política

Bianca Bomfim
Laís Andrade

Entre os dias 1 e 7 de setembro passado, a partir de um plebiscito popular, a população teve a oportunidade de se manifestar a favor ou contra a realização de uma constituinte exclusiva pela reforma política. Em mais de 40.000 urnas distribuídas pelo país, 97,05% votaram “sim”, em um total de quase 8 milhões de votos. A iniciativa foi da Plenária Nacional dos Movimentos Populares, composta por cerca de 480 organizações sociais.

O plebiscito ganhou força após as manifestações de julho do ano passado, em que milhões de brasileiros foram às ruas em busca de mudanças. Segundo a Constituição de 1988, apenas o Congresso Nacional pode convocar um plebiscito oficial. Os plebiscitos populares têm como principal objetivo dialogar com a população e coletar votos sobre determinado tema para expressar uma vontade política e pressionar os poderes públicos. Para Thiago Dantas, 29, Vice-



Bianca Bomfim e Laís Andrade

através do fundo partidário - abastecido com recursos da União - e a partir de doações da iniciativa privada e pessoas físicas. A proposta proíbe o financiamento por empresas privadas. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, só em 2014, 95% dos gastos de campanha foram provenientes de doações da iniciativa privada. Para o cientista político Joviniano Netto isso é prejudicial, uma vez que coloca os interesses da população em segundo plano. “Essas empresas, mesmo quando agem e financiam dentro da lei, escolhem pessoas que acham adequadas a seus interesses”, opina.

A reforma pretende, também, acabar com as coligações proporcionais que ocorrem através da união de dois ou mais partidos e pelas quais quanto mais votos uma coligação recebe, mais candidatos pode eleger. O fim das coligações evitaria a união de partidos apenas para conseguir mais votos e eleger mais candidatos.

Para fortalecer a participação popular na política, a proposta prevê a ampliação dos mecanismos de democracia direta e participativa - plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular - e o fortalecimento dos conselhos civis.

Apesar do grande número de votos conseguidos no plebiscito, essa é apenas a etapa inicial. Nos dias 14 e 15 de outubro passado, as organizações sociais envolvidas entregaram durante a Plenária Nacional em Brasília o documento com o resultado final aos três poderes nacionais. Dessa forma, o plebiscito popular se concretiza colocando o assunto em pauta e criando uma mobilização para a conscientização da sociedade. “Só assim é possível pensar em modificar efetivamente o sistema vigente atual”, finaliza Joviniano Netto.

Iniciativa Popular

Para tentar viabilizar a proposta, além da frente que defende a formação de uma Assembleia Constituinte exclusiva, outras frentes têm se organizado. A Frente de Coalizão pela Reforma Política Democrática pretende coletar 1,5 milhão de assinaturas em apoio ao projeto de iniciativa popular. Neste caso, previsto no art. 61 da Constituição, é permitido que os cidadãos apresentem projetos de lei à Câmara dos Deputados, desde que subscritos por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.

De acordo com esse mecanismo de participação, além da quantidade mínima de assinaturas um parlamentar precisa assumir o projeto que, após ser protocolado, segue o mesmo trajeto das propostas convencionais. Infelizmente, ainda há no Brasil poucos exemplos de projetos de lei de iniciativa popular que tenham sido aprovados, como a Lei Ficha Limpa e a Lei que regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005), que institui o acesso a terra urbanizada e habitação digna à população de menor renda.

-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE- Bahia), “esse tipo de iniciativa não tem um único dono, foi um movimento que conseguiu ter visibilidade no país”. Ele ressalta que a reforma política e a participação e representatividade popular são o primeiro passo para outras reformas defendidas pela população, mas que não se concretizam por falta de força no congresso, como a reforma tributária e agrária e a lei de meios. “A reforma política é a mãe que vai parir as outras reformas”, conclui.

Daniel Flores, advogado especializado em direito constitucional, ressalta que “esta constituinte, se aprovada por plebiscito oficial, seria eleita por tempo determinado e com uma finalidade certa, teria a legitimidade e a au-

toridade necessária para discutir e estabelecer um novo modelo político para o Brasil, respeitando as cláusulas pétreas da Constituição”.

Propostas

A reforma envolve questões sobre o sistema eleitoral brasileiro e a representatividade popular. Entre as propostas estão a paridade de gênero e a diversidade da população, que pretendem criar equilíbrio na representação de homens, mulheres, negros, indígenas e população LGBT no Congresso. “Nossos representantes deveriam ser um espelho da sociedade, hoje você olha pra esse espelho e não vê a sociedade refletida nele”, explica o dirigente da UNE.

A reforma também pretende modificar o financiamento das campanhas políticas, que hoje ocorre

“A reforma política é a mãe que vai parir as outras reformas”
Thiago Dantas

Davi não é o único

Laís Andrade

O jovem Davi Fiuza, de 16 anos, desapareceu no dia 24 de outubro, no bairro de São Cristovão, onde morava com o pai e a madrasta. Rute Fiuza, 46, mãe de Davi, moradora do bairro de Periperi, denunciou à Corregedoria da Polícia Militar o desaparecimento do filho, acontecido, segundo a família, após uma abordagem realizada por agentes do Pelotão de Emprego Tático Operacional (PETO) e Rondas Especiais (Rondesp). Rute relatou ter recebido telefonemas desde o bairro informando que Davi havia sido levado em uma ação policial. “Meu filho estava na Rua São Jorge de Baixo, conversando, quando chegaram as viaturas, nós fomos avisados pelo telefone que policiais da Rondesp e da PETO o encapuzaram e o levaram em um carro despadronizado”, conta Rute.

Desde o dia do desaparecimento Rute transformou completamente sua rotina. “Vou todos os dias ao IML, hospitais, lugares de desova de corpos, e meu filho não aparece”, conta ela, desolada. Camila Fiuza, irmã de Davi, sugeriu que a mãe fizesse postagens em redes sociais a fim de dar visibilidade ao caso. A estratégia deu certo: depois de duas horas, a postagem no Facebook já tinha mais de 1500 compartilhamentos. Rute chegou a oferecer uma recompensa de 5 mil reais, mas voltou atrás. “Essa recompensa gerou em um único dia trezentas ligações e muitos trotes”.

A Polícia Militar informou através de nota que está apurando o desaparecimento de Davi e que “todas as providências foram adotadas pela Corregedoria Geral da Corporação para apurar as denúncias e identificar uma suposta participação de policiais militares no desaparecimento do menor”. No entanto a PM informou que a testemunha “não apresentou elementos consistentes [que comprovem] a participação de policiais militares no desapa-

recimento do adolescente”. Mas a sensação de medo e insegurança é constante entre a família e os moradores do bairro. Imagens de câmeras de segurança foram solicitadas mas, ainda segundo a PM, não captaram o crime em questão. A família reclama a falta de acesso às investigações: “Eles disseram ter visto algumas câmeras de segurança, mas a gente não teve acesso a essas câmeras”, expõe Camila. Rute relata se sentir ameaçada por um carro que tem rondado sua residência e que, apesar de ter sido informada da sua inclusão no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), até o momento não estava recebendo nenhuma proteção. “Eu fico preocupada com o que pode acontecer com minha mãe ou minhas irmãs”, desabafa Camila.

Casos de assassinato e desaparecimento de jovens negros são comuns na periferia de Salvador. Bruna Rocha, integrante do Coletivo Nacional de Juventude Negra, o ENEGRECER, ressalta que, por esse motivo, “Davi é um sujeito coletivo”, que representa todos os jovens negros que são assassinados diariamente na cidade e por isso, casos que recebem visibilidade e noticiabilidade como o deste adolescente devem colaborar para a problematização da questão.

Hamilton Borges, educador cultural e militante do movimento negro, é um dos articuladores da campanha “Reaja ou será morta, reaja ou será morto” que luta contra a brutalidade policial, no auxílio das famílias de pessoas vitimadas pela força policial, pelos grupos de extermínio e milícias. Borges acompanha desde agosto passado cerca de 30 casos que se assemelham ao de Davi, e a maioria das vezes não resultam em

punições. “A corregedoria só atua em casos de grande repercussão midiática fazendo punições pontuais, que não comprometam a corporação como um todo”, desabafa.

Entre 2009 e 2013 a polícia brasileira matou em média 6 pessoas por dia. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, durante esses 5 anos, ao menos 11.197 mortes foram provocadas por policiais. Ainda de acordo com o anuário, a polícia baiana é a terceira que mais mata no país. De acordo com o Mapa da Violência de 2012, para cada branco assassinado 15 negros são executados em Salvador. Estudos realizados por organizações da sociedade civil junto com a Universida-

de Federal da Bahia entre 1996 e 1999, publicados por Nelson de Oliveira no livro “A Outra Face da Moeda”, [no ano 2000, pela editora CJP], apontaram que entre os 3.369 assassinatos ocorridos no período em Salvador, os crimes cometidos por grupos de extermínio representam 10,8%, sendo 46% dos acusados identificados como policiais.

Também tem aumentado o número de homicídios cometidos pela polícia em serviço. De acordo com dados da Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública entre 2011 e 2012, as mortes por autos de resistência, que são as mortes em confronto com a polícia, passaram de 97 para 151. O Projeto de Lei 4771/12 proposto pelo deputado Walter Feldman (PSDB/SP) pretende modificar a atuação policial determinando a preservação da cena do crime, a realização da perícia e coleta de provas, tornando obrigatório que agentes chamem socorro especializado e definindo a abertura de inquérito para apuração do caso.

Para Bruna Rocha, a mobilização contra os autos de resistência é uma via para reduzir a morte de jovens negros, embora os autos não compreendam a atuação dos grupos de extermínio. A fala de Camila resume a situação da juventude negra

“

Davi é um
sujeito
coletivo

”

Bruna Rocha,
estudante da UFBA

“

É como se
estivessemos em
uma ditadura que só
acontece na favela,
com meninos jovens
e negros

”

Camila Fiuza,
irmã de Davi

Caso de jovem desaparecido há mais de um mês continua sem solução

e periférica: “É como se estivéssemos em uma ditadura que só acontece na favela, com meninos jovens e negros”.

Mobilização

Desde o desabafo de Rute nas redes sociais, o caso de Davi tem ganhado repercussão na internet e na mídia em geral. O Centro Acadêmico Vladimir Herzog, da Faculdade de Comunicação da UFBA (Facom), manifestou solidariedade ao caso em nota, se comprometendo com a mobilização da comunidade acadêmica. A direção da Facom também emitiu nota exigindo a apuração do caso. O grupo Mídia Periférica organizou no dia 13 um tuitaço na internet para cobrar respostas das autoridades a respeito do desaparecimento do adolescente. Unegro fez o mesmo durante ato frente à estatua de Zumbi dos Palmares, no dia da Consciência Negra. Amigos e familiares reuniram-se na Praça da Piedade para cobrar um posicionamento do Secretário de Segurança. No dia do ato, Rute questionou o silêncio das autoridades: “A Secretaria não emitiu nenhuma nota, é como se tudo fosse muito normal, esse silêncio é assustador”. A família se reuniu com membros da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador e está peticionando uma audiência com o Secretário de Segurança Pública e com o Governador Jaques Wagner, quem mencionou o caso como de “excessos” da polícia militar. Rute está pedindo apoio da Polícia Federal e da organização Anistia Internacional.

Rute Fiuza, mãe de Davi, sofre diariamente a espera por respostas



JRNET

O Lado B

Pessoas bissexuais sentem-se pouco representadas dentro dos movimentos LGBT

Marcelo Ricardo

Fábio ficava com Caio, que ficava com Flávia, que ficou com Pedro, que namorou Tiago, que namorava Gabriela, que hoje fica com Fábio e está de olho na sua nova colega da universidade. Hoje em dia, é cada vez mais comum ouvir de jovens que ficam livremente com homens e mulheres. Se Carlos Drummond de Andrade reescrevesse seu poema, “Quadrilha”, seria agora um trava-língua.

O símbolo da lâmina de aço foi por muito tempo usado para falar de pessoas que “cortavam dos dois lados”. Por sentirem desejo em ambos os sexos, essas pessoas preferem ser chamadas de bissexuais. Contudo, não parecem serem reconhecidas, principalmente pela pouca representatividade dentro da própria comunidade LGBT. A comunidade gay, na luta por sua visibilidade, deixou algumas outras identidades sexuais mais apagadas, como é o caso das pes-

soas bissexuais que, ainda em minoria dentro do grupo LGBT, reclamam melhor posição dentro do movimento.

Para o antropólogo e professor da UFBA, Felipe Fernandes, “a sexualidade é uma disposição possível apenas na vida em sociedade e, dessa forma, é construída socialmente. O desejo é uma escolha a partir do que é disponível em cada cultura”, independente da biologia ou anatomia, afirma.

“Bifobia”, o que é isso?

Uma pessoa “bem resolvida”, para o senso comum, é aquela que se assume homossexual ou heterossexual.

Dessa forma, a

bissexualidade é vista como uma transitoriedade oriunda a imaturidade juvenil, ou como incerteza de escolha. Por conta disso a bissexualidade sofre discriminações, até da própria comunidade LGBT, o que é chamado de “bifobia”.

A estudante Elisabete Monteiro namora um homem heterossexual que aceita sua orientação bissexual. Entretanto, ela ouve constantemente perguntas invasivas que giram em torno de sua vida íntima, fazendo sempre menção a sua suposta “confusão”. Ela conta que os questionamentos partem até de pessoas que integram o movimento LGBT. “As pessoas costumam associar a

mobilidade sexual com indefinição, quando ela mesma é uma definição”, desabafa.

Para ela, ser bissexual repercute socialmente de duas maneiras. Uma, como se não existisse. Outra, como se fosse uma fantasia sexual masculina. Ante a impossibilidade das pessoas pensar na bissexualidade, ela sempre foi etiquetada como lésbica. “Quando eu passava nas ruas com namoradas, os homens diziam que queriam estar entre a gente. Acho que nunca passou pela cabeça deles que eu poderia ser bissexual, afinal a bissexualidade não existe para eles”, ironiza Elisabete.

Já Renato Neres, comerciante, diz que “nunca me senti inserido [numa definição], o que importa é o prazer, hoje entendo que posso transitar na vida sem me preocupar em como me definir”, conta.

Sandra Muñoz, organizadora do Movimento de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Bahia, diz que o movimento bissexual ainda está em formação, mas alguns resultados positivos já podem ser vistos. Para Muñoz cabe a cada pessoa se enxergar como deseja ser vista. “Quando eu me percebi nesse “B” [de bissexual] eu tive que ir atrás e ocupar meu espaço”. Assim, afirma que “hoje eu posso me sentir representada em minha identidade bissexual dentro do movimento LGBT”, segundo revela.

“Afirmar-se politicamente é reivindicar que, a partir de sua posição, várias contribuições para a humanidade são possíveis”

Felipe Fernandes



A mobilidade sexual é vista como indecisão

Consultas médicas online: Qual o limite?

Até onde podemos contatar os nossos médicos sem desrespeitar a sua privacidade?

Lara Valente

O que a princípio surgiu para facilitar a comunicação entre amigos e familiares, de uns anos pra cá passou a ser também incorporado por empresas com finalidades corporativas. Os aplicativos de mensagens instantâneas, como o Whatsapp, vêm sendo largamente utilizados por profissionais da área de saúde para que possam auxiliar os seus pacientes no caso de alguma emergência. O médico e o paciente mantêm constante contato, realizando, inclusive, “consultas via aplicativo” para que qualquer dúvida seja imediatamente sanada, o que acaba diminuindo a urgência de se comparecer ao consultório médico. A questão da falta de privacidade trazida por esses aplicativos tem sido amplamente discutida por profissionais da saúde, consequência do abuso da ferramenta por parte dos pacientes. Até que ponto a disponibilidade integral do profissional é benéfica?

Maria Marta Zollinger, médica especialista em cirurgia plástica, conta que fez o download do aplicativo para comunicar-se com a família, mas alguns pacientes começaram a utilizar essa ferramenta para contatá-la. Ela explica que é hábito do médico de rede particular compartilhar o número de celular com os pacientes, e que se surpreendeu quando começou a receber mensagens deles no aplicativo.

“Não me incomodo... Mas existe um limite”.

O problema, ela conta, é que alguns pacientes passam meses sem realizar uma consulta presencial, e insistem por orientações nas mensagens. “Dessa forma, nós, médicos, saímos prejudicados”, concorda Nélia Araújo, médica psicanalista. “Eu tenho que definir até onde a conversa pode chegar, e muitas vezes digo que conversaremos na próxima consulta”. Ela continua, “Se sanássemos todas as dúvidas dos pacientes na mensagem, muitos nem retornariam ao consultório”. Nélia diz ainda que o aplicativo fez os pacientes perderem a timidez, enviando questionamentos a qualquer hora do dia, sempre que vêem que o médico está online. “Mas não é sempre que estamos dispostos a responder questões referentes à saúde. Nós temos nossa hora de descanso e lazer, e os pacientes precisam entender isso. Exceto quando é urgência... Aí tudo bem”.

Mas, é claro, o Whatsapp também trouxe muito conforto e praticidade à vida do médico, no que diz respeito a manter um contato com o paciente e um controle sobre suas necessidades. Nélia conta que a ferramenta é “útil para ver um exame que vai definir uma conduta, ou autorizar um passo seguinte do tratamento previamente combinado”. E Corina Leal, médica geriatra, concorda: “O Whatsapp, quando usado com parcimônia, é realmente muito útil”. Ela diz que considera um aspecto positivo o fato de a ferramenta possibilitar contato com o paciente quando o médico está viajando ou ausente por qualquer que seja o motivo; mas, que somente deve ser utilizado com a sua permissão.

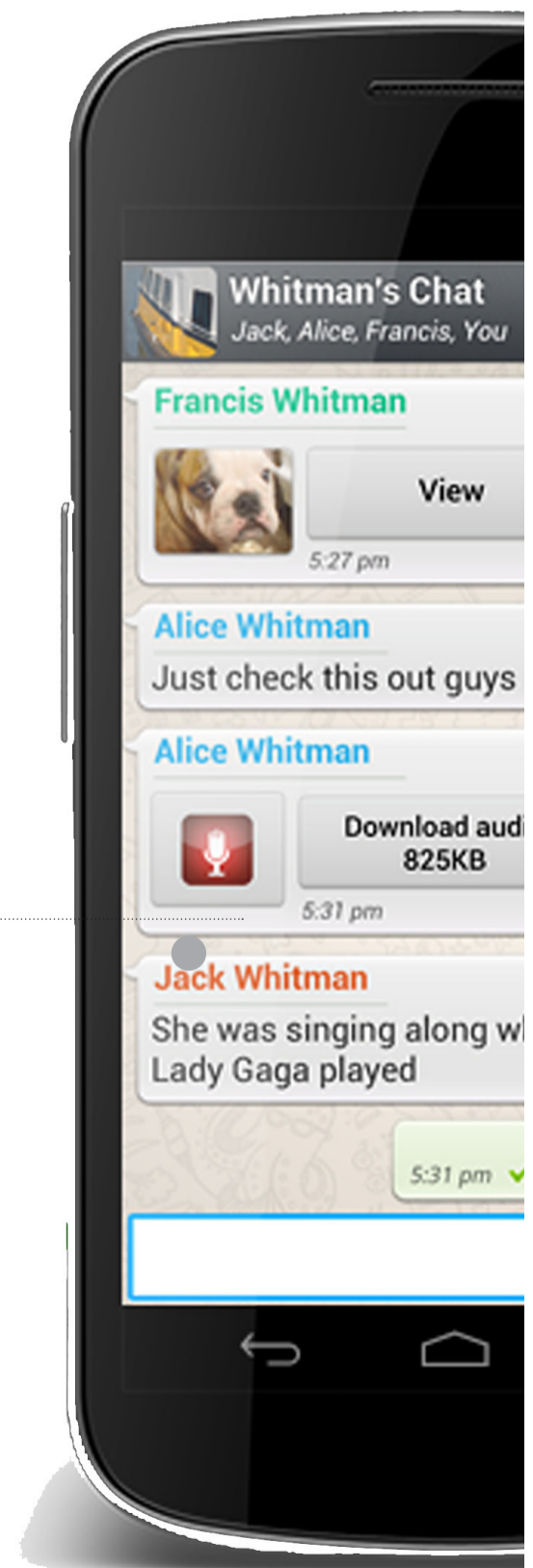
Ricardo Bial, coordenador da Assessoria de Comunicação da Sesab, garante que isso não acontece no setor público: “Médico público não dá número. Porque não é médico particular, é médico do serviço”. Ele continua dizendo que, caso haja alguma necessidade por parte do paciente, a consulta precisa ser “à moda antiga”: presencial.

Alguns pacientes, no entanto, realmente abusam da ferramenta e do profissional, como assume Érica Pereira. Admite que bombardeia de perguntas à sua endocrinologista a qualquer

hora “porque não faz mal deixar uma mensagem. Eu não acho que seja tão inconveniente quanto uma ligação, por exemplo”. Érica sofre de depressão e ansiedade, e por isso contata muito a sua médica: “Peço ajuda, envio exames, e até puxo conversa não relacionada à saúde. Eu não fico ligando toda hora, mas acho que uma mensagenzinha não faz mal”.

Nélia, que cuida de muitos pacientes com crises de ansiedade, aconselha: “É preciso ser firme, estabelecer um limite. Caso contrário o paciente vai sentir liberdade para invadir a privacidade do médico, por vezes sem sequer se dar conta”. O Whatsapp pode ser um grande colaborador, ela conta, é só saber usá-lo ao seu favor.

“Com 600 milhões de usuários ativos este número de usuários mensais ativos, o WhatsApp está na liderança dos aplicativos do gênero.”



Cuidado especial às mulheres negras

Tratamento da anemia falciforme ainda é insipiente para público feminino

Rosana Silva

Anemia falciforme é uma doença hereditária e atinge de maneira ampla a população negra no Brasil. A doença provoca uma alteração nos glóbulos vermelhos do sangue, que impede os glóbulos de transportar o oxigênio e outros nutrientes pelo corpo, provocando dores nas articulações, crises de anemia, derrames cerebrais, entre outras consequências graves.

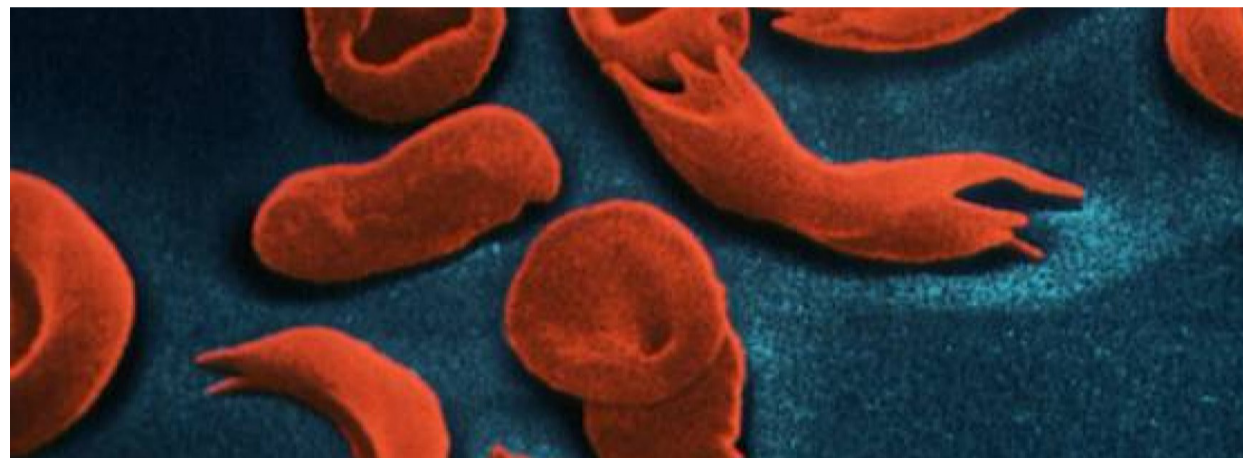
O estado da Bahia tem maior incidência da doença. De acordo com o Ministério da Saúde, dados do teste do pezinho mostram que no Brasil nascem 3.500 crianças com a doença falciforme. A cada 650 crianças que nascem, 1 tem o problema.

O cuidado com a saúde da população negra tem sido um desafio para o Ministério da Saúde. As mulheres, em sua maioria pobre e com pouca escolaridade, ainda encontram dificuldades no acesso ao serviço público de saúde.

Salvador, os primeiros passos

Somente em 2005 o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras hemoglobinopatias, com diretrizes para ampliar o conhecimento sobre a doença, capacitar profissionais e o serviço público para o tratamento.

Para Thárcia Assunção, da Associação Baiana das Pessoas com Doença Falciforme, a implantação do Programa Municipal de Atenção Integral às Pessoas com a Doença Falciforme (PAPDF), marcou



o início de um novo processo, após reivindicações dos movimentos sociais. “A partir de 2005, o Serviço Municipal de Saúde de Salvador trouxe o PAPDF para atenção básica de saúde. Cada distrito sanitário passou a ter uma unidade de referência para atender as pessoas com a doença falciforme”, afirma.

“A implantação do programa foi um grande avanço, mas ainda temos um caminho longo a percorrer”

Existe diferencial no tratamento disponibilizado às mulheres?

Aos 14 anos, após uma inflamação na garganta, Marise Menezes foi diagnosticada com anemia falciforme aos 14 anos. “Naquela época era muito difícil, pois poucas pessoas conheciam a doença. Os serviços de saúde disponibilizam o básico, como um soro”, lembra, aos 32. Ela passou a

ser atendida no ambulatório especializado recentemente. “Antes, eu era atendida no Hemoba, mas demorava muito; agora, sou atendida com uma frequência maior”.

Segundo dados do Hemoba, não há estatisticamente diferenças significantes entre homens e mulheres, pois a doença ocorre em condições de igualdade. No Hemoba existem 55% de pacientes pediátricos (até 18 anos) e 45% de pacientes adultos (a partir de 18 anos). Ainda não existe no município de Salvador um perfil epistemológico da doença. No entanto, a questão do racismo prevalece na sociedade e promove a diferença entre as pessoas.

“A mulher que já sofre por ser negra e, por ter doença falciforme, o impacto [da doença] será maior”

“Há uma situação de exclusão, de invisibilidade e de racismo para quem tem doença falciforme”, diz Cândida Maria Queiroz. “A mulher que já sofre com a questão de gênero, por ser negra e por ter doença falciforme, o impacto [da doença] será maior. Então, buscamos cuidar da saúde dela, do autocuidado, das ações sociais, de maneira global”.

Diagnóstico precoce, assistência de saúde com qualidade, com equipe multiprofissional, com vacinas, antibióticos, autocuidado e boa orientação clínica possibilitam a diminuição das complicações e aumentam a qualidade e expectativa de vida. Mas o olhar para as mulheres com anemia falciforme podem reduzir ainda mais o impacto provocado pelas relações sociais desiguais que recaem sobre este grupo social.

Uma pesquisa realizada pela enfermeira e mestra Ana Luiza de Oliveira Carvalho, na UFBA, em dois centros de referência no tratamento da doença no estado mostrou que a qualidade de vida global entre homens e mulheres é alta, mas as mulheres apresentam baixa qualidade de vida em aspectos específicos, como nas relações pessoais, energia e cansaço, recursos financeiros, ambiente físico e transporte. Carvalho aponta para a necessidade de mais pesquisas sobre o tema e de um olhar específico para visualizar o diferencial entre homens e mulheres no tratamento da doença.

Pedal às escuras

Grupos de ciclismo noturno ocupam as ruas de Salvador em busca de confraternização

Taylla de Paula

Quinta a noite não é um dia comum na Praça Nova do Imbui. Cerca de 40 ciclistas se reúnem para participar da Pedalada da Noite, um dos 12 grupos organizados de ciclismo noturno na cidade. A praça é o local de concentração para o passeio de cerca de 30 km, em ritmo médio. Para participar, basta ter vontade e adquirir os equipamentos de segurança: capacete, luvas e sinalizador. Como a maioria dos grupos, os integrantes estão em busca de um simples objetivo - a diversão.

“Pedalar em grupo é bom porque você conhece mais pessoas. Aqui a afinidade é muito grande, tem muita alegria. Não consigo viver sem eles”, explica Terezinha dos Santos, 66, que pedala em grupo há mais de 10 anos.

Terezinha, entre outros, é exemplo que a prática do ciclismo não tem idade limite. Jaime Queiros, 65, mais conhecido como “O Mestre”, admite pedalar mais rápido do que muitos dos integrantes mais novos. Ele lembra o dia exato que começou sua trajetória no ciclismo: dia 4 de Setembro

de 2010. A fama é tanta, que foi feito um grupo em sua homenagem: os Amigos do Mestre. “Não tem coisa melhor do que essa integração maravilhosa. Aqui é minha família grande”, afirma.

Não é necessário ter muita experiência para se integrar nos grupos. “Existem grupos para todos os níveis, você vai se adequando ao seu ritmo. Mas para melhorar o desempenho precisa pedalar no mínimo duas vezes por semana”, explica Maria Dias, 43, que pratica o esporte cinco vezes na semana. Ela é uma das poucas mulheres que participa do pedal nomeado Roda Presa Insano, que anda em uma velocidade média de 29 km por hora. “Aqui no insano você não pode desistir nunca, o ritmo é muito pesado”.

O Insano curte a velocidade mas não deixa a diversão em segundo plano. Na metade do percurso de 52 km (de Jardim de Alah até Villas do Atlântico, ida e volta) os integrantes fazem uma pausa para comer um rodízio de frutas. Cada um paga um valor de \$12 reais para comer fruta a vontade com direito a água de coco.

“O rodízio foi criado para eles, toda quinta está aqui. A barraca é ponto de encontro há dois anos”, explica Alegria, dono da “Barraca do Alegria”, em Villas há 21 anos. Depois de muita conversa e muita fruta eles seguem o percurso. “Isso passa a ser uma festa”, afirma Renato Filho, 59, integrante do grupo.

Em busca de segurança

Uma das vantagens do passeio em grupo é a segurança produzida pelo grande número de pessoas. Para aqueles mais dedicados, não é incomum ter uma bicicleta que custa entre R\$5,000 e R\$10,000 reais. O Mestre já teve uma bicicleta de R\$8,000 roubada enquanto andava na Amaralina. “De noite não dá para andar sozinho”, lamenta Eliel dos Santos, 49, coordenador do grupo Roda Presa. A prefeitura tem a intenção, até 2016, de atingir 217 km de circuitos cicloviários na Capital.

Quer pedalar? Conheça os grupos de ciclismo noturno em Salvador

SEGUNDA

Pedalada da Noite - ritmo leve - 20:30h - Praça Nova do Imbui
Pedal da Vila - ritmo leve (20h) ritmo médio (21h) - Rua Raul Leite, Brotas

TERÇA

Amigos de Bike - ritmo médio - 21h - Antigo clube do Bahia, Boca do Rio
Nordeste Pedal Força - ritmo forte - 20:40h - Bompreço Rio Vermelho

QUARTA

Grupo Sincronia - ritmo médio - 20h - Posto Chamine Rio vermelho
Amigos do Mestre - ritmo médio - 20:30h - Praça do Imbui
Pedal da Pro Bike - ritmo médio - 20:30h - Jardim de Alah
Bike Mania SSA - ritmo médio - 19:30h - Estacionamento do Boteco, Patamares

QUINTA

Roda Presa (Insano) - ritmo forte - 20:00h - Jardim de Alah (em frente ao Bambara)
Grupo Farol Light Bikers - ritmo médio - 21h - Farol da Barra
Pedalada da noite - ritmo médio - 20:30h - Praça Nova do Imbui
Conexão Bike - ritmo médio - 20:45h - Sereia de Itapuá



Taylla de Paula/LabFoto

O apito autônomo

Arilson Bispo da Anunciação fala sobre os problemas da arbitragem nacional



Carolina Pereira - LabFoto

O árbitro recebe por jogo. Se não apitar, não recebe. Se não for sorteado, não apita.

José Cairo

Na sala 205 do Edifício Executivo, na Av. Sete de Setembro, no centro da cidade, Arilson Bispo da Anunciação, 41, aguarda o entrevistador. Arilson calça tênis azul, veste calça tadel e camisa polo, com o símbolo do Sindicato dos Árbitros de Futebol da Bahia (Sinbaf) no peito, órgão do qual é presidente. Além de dessa função, ele também é árbitro do quadro especial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Arilson trabalhou em 2000 para a arbitragem, no futebol amador, de base, juvenil, até buscar a categoria profissional. Da turma de árbitros de 1997, fruto de uma parceria entre a confederação baiana de futebol e a Universidade Católica de Salvador (Ucsal), apitou o primeiro jogo profissional em 2002 na segunda divisão do Campeonato Baiano de Futebol. Em 2004, entrou no quadro nacional da CBF. Aos poucos foi apitando jogos do Bahia, do Vitória de campeonato baiano. Hoje faz parte do quadro especial da CBF entre os 10 árbitros que mais apitaram jogos em cenário nacional.

A arbitragem brasileira sofre de um problema estrutural, diz. “É amadora, tanto faz se for da elite ou não”. O árbitro não tem qualquer amparo da CBF no que diz respeito à sua preparação física, técnica, psicológica ao longo do campeonato. “O jogo de futebol é só a ponta do iceberg”. Autônomo, o árbitro precisa se dividir entre ser árbitro e ter uma profissão comum, já que a arbitragem não é profissionalizada, não assina carteira de trabalho e não garante aposentadoria. “Fala-se muito em performance,

“
O treino do árbitro é o jogo
”

mas como ter performance assim? Sair do jogo, voar, trabalhar 12 horas, treinar... não dá pra se cobrar performance desse jeito”, defende.

Árbitro só começa a pensar o jogo na véspera. Não vive apenas para o futebol porque não é dele que tira unicamente o sustento. A arbitragem funciona como um “bico”, espécie de trabalho para completar a renda no fim do mês, pois não há chance de dedicação total ao esporte. “Já imaginou um técnico de futebol chegando só no dia do jogo para

trabalhar? Um jogador de futebol? Pois é assim que o árbitro é, o treino do árbitro é o jogo”.

A arbitragem de futebol não tem plano de carreira, não tem estrutura, não tem apoio. Se o árbitro precisar de um massoterapeuta, um psicólogo, *personal trainer* – atividades indispensáveis para a prática da arbitragem de alto nível – ele precisará arcar com todos os custos. Segundo Bispo, a maioria dos árbitros do Brasil são funcionários públicos, pois conseguem ter uma maior flexibilidade em relação aos horários a partir de sorteio. Ser sorteado, no entanto, não é certeza. E o árbitro recebe por jogo. “Cerca de 80% do jogo é psicológico. E depende só de você. É sua capacidade de concentração com você mesmo. Hoje tem uma psicóloga só para 630 árbitros do quadro da CBF”. Em jogos decisivos, o árbitro não passa por qualquer análise psicológica, o árbitro entra no jogo com a avaliação dele próprio.

Em 09 de abril de 2014, o presidente do Sinbaf assinou uma nota de luto da arbitragem baiana.

“
Nós temos síndrome de vira-lata
”

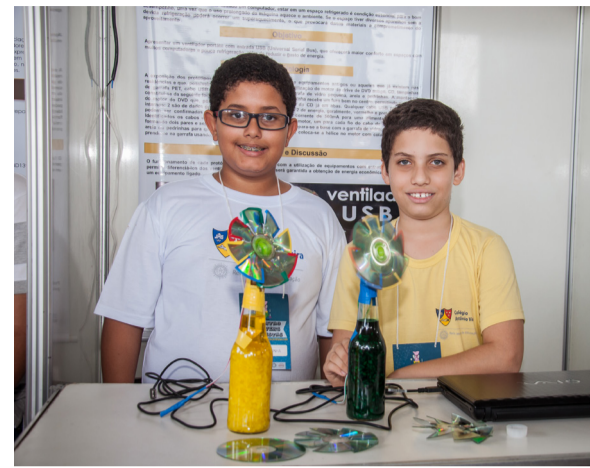
No aspecto geral, segundo a nota, a Bahia nunca esteve tão bem no que diz respeito à arbitragem, tanto física quanto tecnicamente, mas ainda assim, mesmo estando no auge, os árbitros do estado não conseguiam apitar as finais do campeonato baiano. São preteridos por árbitros de outros estados. “Mas isso já é cultural, viu? Sempre foi assim”, grita da sala contígua um ex-árbitro aposentado de prenome Ivan, que também trabalha no sindicato. Arilson endossa: “Nós temos síndrome de vira-lata, não é status árbitro baiano ou nordestino apitar a final do campeonato. Ainda achamos que é status trazer um árbitro de fora para apitar, principalmente do Sul ou Sudeste”, dispara. “Vá ver se o paulista traz árbitro de fora, ou o carioca. Não traz”. Arbitragem ou não, eles acham que são os melhores.

“

Queremos promover a divulgação científica de jovens, refletindo e trocando suas experiências do fazer ciência ainda na educação básica”

Rejâne Lira

”



Carolina Pereira - LabFoto



(esq.) Rejâne Lira, professora do IBIO/UFBA e coordenadora do Encontro Jovens Cientistas. (dir.) Estudantes realizando experimentos e atividades lúdicas durante o Encontro

À caminho da Ciência

Há cinco anos o Encontro de Jovens Cientistas aproxima talento juvenil para a carreira científica

Raí Guerra

Promovido pelo Programa Social de Educação e Divulgação Científica da Bahia vinculado ao Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA), o 5º Encontro de Jovens Cientistas teve início no dia 30 de setembro de 2014. Coordenado pela professora do IBIO, Rejâne Lira, o evento se estendeu até 3 de outubro, no hall da biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, no Campus Ondina. O objetivo do evento é despertar vocações científicas e a identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguirem carreiras nestas áreas. “Queremos promover a divulgação científica de jovens, refletindo e trocando suas experiências do fazer ciência ainda na educação básica, nos trabalhos realizados pelos estudantes na área da iniciação científica, que não se restringe apenas às ciências naturais,

mas as humanidades também e as ciências exatas”, explica Lira.

O evento reúne estudantes de diversas instituições, desde escolas de educação infantil e fundamental até de ensino médio, professores orientadores e ouvintes, para apresentar seus trabalhos, experimentos e atividades lúdicas relacionadas ao desenvolvimento científico de estudantes da rede pública e privada de todo o Brasil. A edição mais recente teve cerca de 130 trabalhos inscritos, de 445 jovens cientistas e 69 professores-orientadores de 26 instituições.

Desafios

Aluno do quarto ano do Centro Educacional de Educação Profissional (CEEP) de Ilhéus, Litoral Sul do estado, Johnatan David, de 18 anos, apresentou

o Mia Intelligent Control Stock (MIA), um dispositivo de reconhecimento de voz para empresas. “O MIA é um software de controle do reconhecimento da voz. Tem o intuito de trazer benefícios para as empresas e indústrias, com a redução de erros nos processos de armazenagem das informações. Pode também operar em várias outras áreas, como ajudar deficientes visuais”, afirma ele. Johnatan revela que pretende estudar Engenharia de Software ou Mecatrônica.

Vitória Letícia, 16 anos, estudante do segundo ano do ensino médio do Colégio Estadual Ana Cristina Prazeres da Mata, em Salvador, apresentou o experimento Dissociação Iônica, com a utilização de fios, água e substâncias químicas, a exemplo do álcool, para a geração de novas formas de energia. “O objetivo do experimento é instigar uma investigação sobre a solução eletrolítica [que conduz energia elétrica], para comprovar se algumas dessas substâncias são capazes de conduzir corrente elétrica”, explica Vitória.

O primeiro dia do encontro teve como novidade o lançamento do primeiro e segundo número da primeira revista de divulgação científica do Estado da Bahia voltada para os jovens, a Revista Jovem Cientista. Foram realizadas palestras e bate-papos para o incentivo aos jovens na carreira científica e houve encontros com cientistas, como Martha Marandino, referencial em museu e divulgação científica, e o engenheiro naval e experiente navegador Aleixo Belov. Outro palestrante, o biólogo e diretor do Museu Biológico do Instituto Butantan em São Paulo, Giuseppe Porto acredita que “os jovens precisam de estímulo para aflorar aquilo que está dentro deles, que talvez nem percebam que exista” opinou. “Alguns desses [estudantes] poderá ser um cientista de amanhã, ou um futuro pesquisador que possa contribuir com a ciência e a sociedade”, revela.



Maria Aparecida, atual presidente da instituição, e as crianças que são beneficiadas pelo projeto.



Sabrina Santos, 12 anos, aluna do projeto

Picadeiro Maravilha

ONG de São Gonçalo do Retiro já atendeu 600 crianças em 13 anos de trabalho

Juliete Haadi

Diversão, arte, educação e cidadania são os princípios seguidos pela Associação Cultural Beneficente Circo Maravilha. Localizada no bairro São Gonçalo do Retiro, a ONG une arte e cidadania e ensina malabarismo, contorcionismo e equilibrismo a crianças e adolescentes da região.

A associação foi fundada por Josevaldo Lima, o palhaço Chumbinho. Ainda adolescente, ele fugiu com o circo que chegou à sua cidade natal, Nova Redenção, na Chapada Diamantina. Para a sua mãe foram longos anos de procura. Para ele, um sonho de criança tornando-se realidade. “Desde pequeno ele queria ser palhaço, todas as brincadeiras estavam envolvidas com o circo, e essa vontade só foi crescendo dentro dele”, afirma Maria Aparecida, irmã, e atual presidente interina da instituição.

Ainda rapaz, Josevaldo cruzou o Brasil com o circo, até que decidiu a hora de voltar para casa. Na bagagem trouxe a vontade de fazer com que

“

A arte do circo mudou a minha vida

”

a arte circense pudesse transformar a vida de muitas pessoas. Em 2001 criou a entidade que se mantém através de doações de pessoas sensibilizadas com o projeto. Em março de 2014, Chumbinho deixou órfãos os que viam nele uma inspiração para trilhar carreira dentro do picadeiro. “Agora mais do que nunca eu preciso manter o sonho

vivo, esse sempre foi o projeto da vida dele”, afirma Maria Aparecida.

Público mirim

Por conta da falta de doações, a instituição se reestrutura para voltar a ter todas as atividades. Em meados de setembro, apenas 15 crianças eram atendidas entre os períodos da manhã e da tarde. O aluno João Victor, de 10 anos, já sabe que quer continuar no picadeiro. “Quando eu crescer, quero ser palhaço”, sonha. Para permanecer no projeto as crianças precisam estar devidamente matriculadas na escola e frequentá-la regularmente. Além disso, os pais precisam autorizar a prática das atividades. “É preciso que os pais saibam quais são os dias e o horário que os filhos deles tem aula aqui na associação. Por que estando aqui dentro nós temos toda a responsabilidade”, afirma a presidente. A aluna Uislane dos Santos, 13 anos, garante que essa iniciativa não proporciona só diversão. “Estar aqui me faz bem. Aprendi a andar de perna de pau, pular no trapézio e a fazer algumas mágicas. A arte do circo mudou a minha vida”, reconhece.

Benefícios para a comunidade

A associação desempenha um trabalho social que vai além das aulas circenses. Quartas-feira é o dia destinado a distribuição de sopa para a comunidade do bairro. Esporadicamente as crianças fazem apresentações circenses e o preço para assistir à apresentação é um quilo de alimento. Com os materiais arrecadados são montadas cestas básicas que são entregues aos mais carentes.